

Relatório de Administração

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Instituições Financeiras, Mercado de Capitais e a Sociedade em Geral, as Demonstrações Financeiras da Copobras S.A. - Indústria e Comércio de Embalagens, referentes ao exercício findo em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. A Administração

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	235.456	227.061	279.188	280.014					
Contas a receber de clientes	7	111.268	124.538	120.827	134.082					
Estoques	8	175.996	169.983	191.882	189.526					
Impostos e contribuições a recuperar	9	32.979	52.811	40.864	55.011					
Outras contas a receber	11	10.750	7.802	11.081	7.972					
		566.449	582.195	643.842	666.605					
Não circulante										
Depósitos judiciais	20	2.841	3.173	3.105	3.466					
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.331	11.542	3.420	18.026					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	12.237	10.377					
Partes relacionadas	12	155.549	158.509	155.549	158.509					
Outras contas a receber	11	2.776	3.102	2.877	3.529					
		164.497	176.326	177.188	193.907					
Investimentos										
Em controladas	13	37.399	16.630	-	-					
Outros investimentos		2.614	2.615	7.012	2.615					
Intangível	14	62.384	60.917	75.501	76.553					
Imobilizado	15	240.476	242.161	255.072	261.362					
		507.370	498.649	514.773	534.437					
Total do ativo		1.073.819	1.080.844	1.158.615	1.201.042					
Passivo										
Circulante										
Fornecedores	16	168.151	264.312	176.445	314.446					
Fornecedores risco sacado	16	77.726	60.562	106.378	83.980					
Empréstimos e financiamentos	17	129.536	102.998	137.565	112.683					
Arrendamento mercantil	25	20.908	16.903	32.659	26.745					
Salários, encargos e contribuições sociais	18	27.360	25.745	29.808	28.190					
Obrigações fiscais	19	17.212	23.994	21.099	28.046					
Dividendos	21	16.085	4.246	16.085	4.268					
Instrumentos financeiros derivativos	4.1	-	383	-	383					
Outras contas a pagar		19.100	9.611	19.707	10.465					
		476.078	508.754	539.746	609.260					
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	17	364.600	325.644	380.906	337.728					
Arrendamento mercantil	25	12.807	15.381	16.104	21.549					
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	20	13.879	13.730	15.404	15.224					
Obrigações fiscais	19	31.721	40.324	31.721	40.324					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	58.738	57.528	58.738	57.528					
		481.745	452.607	502.873	472.353					
Patrimônio líquido										
Capital social		43.365	43.365	43.365	43.365					
Ajustes de avaliação patrimonial		50.488	51.161	50.488	51.161					
Reservas de lucros		22.143	24.957	22.143	24.957					
		115.996	119.483	115.996	119.483					
Total do patrimônio líquido		115.996	119.483	115.996	119.483					
Total do passivo e patrimônio líquido		1.073.819	1.080.844	1.158.615	1.201.042					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Atribuído aos acionistas controladores							Participação dos não controladores	Total
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.000	51.833	8.628	8.000	4.304	-	-	2.377	115.142
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.382	27.382	-	27.382
Aumento de capital com investimento em Controladas	3.365	-	-	-	-	-	3.365	(2.377)	988
Aquisição de controladas e outros investimentos	-	-	367	-	-	(1.383)	(1.016)	-	(1.016)
Constituição de reserva de incentivos fiscais por incorporação de controlada	-	-	2.986	-	-	(2.986)	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	(1.007)	-	-	-	1.007	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	335	-	-	-	(335)	-	-	-
Destinações:									
Dividendos Nota 21	-	-	-	-	-	(23.013)	(23.013)	-	(23.013)
Constituição de reserva legal	-	-	-	672	-	(672)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.365	51.161	11.981	8.672	4.304	-	-	-	119.483
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.853	44.853	-	44.853
Realização do custo atribuído	-	(1.020)	-	-	-	1.020	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	347	-	-	-	(347)	-	-	-
Destinações:									
Dividendos - Nota 21	-	-	-	-	-	(48.340)	(48.340)	-	(48.340)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	(2.814)	-	-	2.814	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.365	50.488	9.167	8.672	4.304	-	-	-	115.996

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede na Rua Padre Auling, 595, Bairro Industrial, em São Ludgero, Santa Catarina, tem por objetivo a fabricação de embalagens flexíveis, produtos termoforrados descartáveis para embalagens, tais como: copos descartáveis impressos ou não, pratos, potes, bandejas expandidas, laminados plásticos, copos de papel, entre outros e recuperação de resíduos sólidos. O resultado operacional de 2023 representou uma forte recuperação em comparação com o exercício anterior apesar da, somente "fímdia" recuperação, que tivemos no segmento de bandejas, no qual o importante aumento da oferta, a nível nacional, ainda não foi alcançado pela demanda. O excelente resultado obtido no segmento de copos aliado ao também ótimo resultado no segmento de embalagens flexíveis compensaram, até com alguma folga, o ainda fraco resultado em bandejas. A empresa optou em 2023 por investir de forma pontual no capital de giro do negócio através da redução do prazo de pagamento para alguns fornecedores, em um movimento pontual e reversível, com o objetivo de reduzir o custo financeiro. Como consequência deste movimento houve um aumento da dívida líquida bancária contudo, a alavancagem, medida pela relação "dívida líquida/ebítda", reduziu, na comparação com o exercício anterior. Esta redução na alavancagem foi obtida, apesar deste aumento no capital de giro, graças ao ótimo ebítda gerado e também a compensação, através do não pagamento dos impostos federais (PIS/ COFINS e IPI), do saldo de créditos de ações ganhas, dentre elas, a de "exclusão do ICMS da base do PIS/ COFINS". A empresa continuou na sua estratégia de alongamento do perfil da dívida através da captação de recursos de longo prazo para liquidação das dívidas já contabilizadas no curto prazo. As controladas da Companhia incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

Nome	Principal atividade	Sede	% participação	
			2023	2022
Copobras da Amazônia	Fabricação e comercialização de produtos termoforrados descartáveis para embalagem e acondicionamento.	Manaus - AM	100	100

Em 15 de agosto de 2022 a controlada Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda. foi incorporada pela Companhia com o objetivo de otimizar as estruturas societárias e negócios da incorporadora. A controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. compreende a Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., sediada na cidade de Guarulhos/SP.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Determinados saldos do período comparativo foram reclassificados para seguir a apresentação do período corrente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. **2.3. Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertencentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual com outros detentores de voto da investida; • Direitos originados de acordos contratuais; • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre as companhias, são totalmente eliminadas na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional. a) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** a) **Ativos financeiros:** 2.6.1. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, e partes relacionadas. 2.6.2. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração

subsequente, os ativos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e • Empréstimos e contas a receber. **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas. 2.6.3. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor. 2.6.4. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida no ativo não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado. b) **Passivos financeiros:** 2.6.5. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores risco sacado, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos. 2.6.6. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilidade de hedge definidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. 2.6.7. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. c) **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Contas a**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Receita operacional líquida	22	1.068.257	1.103.972	1.164.788	1.236.404
Custos dos produtos vendidos	23	(799.804)	(884.724)	(858.124)	(988.499)
Lucro bruto		(268.453)	219.248	(306.664)	247.905
Despesas de vendas	23	(116.4			

2.11. Impairment de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos ou o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. **2.12. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.13. Fornecedores e fornecedores risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A Companhia contrata operações denominadas risco sacado junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sobre a rubrica de fornecedores risco sacado. Esta operação não altera os termos contratuais negociados com estes fornecedores. **2.14. Provisões:** **Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15. Impostos:** a) **Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, ação baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. b) **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. **2.16. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Os principais benefícios são salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário, vale transporte e vale alimentação. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em forma de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.17. Reconhecimento da receita:** O CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. **Venda de mercadorias:** As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Abatimento por volume:** A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados. **Receita de juros:** Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **2.18. Ajuste a valor presente:** A Companhia reconhece o ajuste a valor presente de ativos e passivos. As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "fornecedores", "estoques" e "custo dos produtos vendidos" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesa financeira", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados. As operações de vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "receita de vendas" e "contas a receber de clientes" e sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras", pela fruição de prazo. **2.19. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil. **2.20. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira. **2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • IFRS 17 - Contratos de seguro e alterações; • CPC 23/ IAS 8 - Definição de estimativas contábeis; • CPC 26/ IAS 1 - Divulgação de políticas contábeis; • CPC 32/ IAS 12 - Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma simples transação; • CPC 32/ IAS 12 - Reforma tributária internacional. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • IFRS 16 - Passivo de locação em um *sale and leaseback*; • CPC 26/ IAS 1 - Classificação de passivos como circulantes ou não Circulantes; • CPC 03/ IAS 7 e CPC 40/ IFRS 7 - Acórdios de financiamento de fornecedores. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. 3.1.1. **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A provisão para imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além dos prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A determinação da provisão para imposto de renda e contribuição social ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovação pelo Conselho de administração da Companhia. 3.1.2. **Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; e provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 3.1.3. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da UGC objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas UGCs, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 14. 3.1.4. **Partes relacionadas:** Conforme descrito na Nota 12, a Companhia possui contratos de mútuo com acionistas no montante de R\$155.549 O reconhecimento de saldo de mútuos com os acionistas está condicionado à capacidade da Companhia gerar lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos mesmos honrar com seu pagamento. As projeções elaboradas pela Companhia indicam geração de lucros para pagamento dos dividendos suficientes para realização do saldo até 2027, e estão sujeitas a premissas e julgamentos que podem ser afetadas por condições de mercado, tais como crescimento das operações e níveis de rentabilidade. **4. Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos. **4.1. Fatores de risco financeiro:** a) **Risco de mercado:** i) **Risco cambial:** A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") e Euros ("EURO") permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a exposição cambial em reais estava assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Contas a receber				
Em USD	21.735	18.441	21.754	18.505
Em Euros	40	42	40	42
	21.775	18.483	21.794	18.547
Passivo				
Fornecedores				
Em USD	(22.679)	(52.128)	(22.679)	(52.128)
Em Euros	(368)	(586)	(368)	(586)
Empréstimos				
Em USD	(15.691)	(14.985)	(15.691)	(14.985)
	(38.738)	(67.699)	(38.738)	(67.699)
	(16.963)	(49.216)	(16.944)	(49.152)

Exposição líquida A Companhia para garantir o equilíbrio de sua exposição cambial, contratou derivativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") no mercado financeiro. Em virtude das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, foi implantada uma "Política de Proteção Cambial", que estabelece níveis de exposição vinculados a esses riscos. Consideram-se valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Companhia decorrentes de: (i) Compras de insumos para a produção; (ii) Importação de máquinas e equipamentos; (iii) Dívidas em moeda estrangeira; (iv) Vendas a clientes mercado externo. As operações com derivativos visam exclusivamente mitigar os riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. A Companhia contrata para exposições cambiais operações com derivativos denominadas compra a termo de moeda *Forward*. Em 31 de dezembro de 2023 não havia saldo contratado. As perdas ou ganhos ao término do contrato são reconhecidos em ganhos ou perdas no resultado financeiro. A contraparte passiva em 31 de dezembro de 2023 está abaixo apresentada: A seguir, estão os valores contratuais destes derivativos:

	Consolidado	
Valor contratado atualizado	Saldo ativo/(Passivo)	
	2023	2022
Modalidade da Operação		
"Forwards" financeiros	- 10.435	- (383)

Os efeitos no resultado das operações com derivativos estão apresentados na Nota 24 na rubrica operações de swap. (i) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado. Conforme descrito na Nota 12, a Companhia possui recebíveis com partes relacionadas com vencimentos a partir de 2023 em montantes significativos e que serão liquidados com recursos próprios dos acionistas ou provenientes de dividendos. A administração espera que existam lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos sócios honrar com esses recebíveis em aberto. b) **Risco de crédito:** Embora a Companhia possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas. A Companhia mantém ainda registrado provisão para devedores duvidosos adequada. Com relação aos valores a receber decorrentes de contratos com seus acionistas, a exposição máxima ao risco de crédito refere-se ao montante a receber de R\$155.549 em 31 de dezembro de 2023 (R\$158.509 em 31 de dezembro de 2022) (nota 12), no caso de inadimplemento por parte dos mesmos, a Companhia estará sujeita a ter que reconhecer uma perda com impacto na sua posição patrimonial e financeira e no resultado das operações. Este risco surge caso a Companhia não gere lucros suficientes que permitam a distribuição de dividendos aos seus acionistas, cujos valores seriam utilizados para quitação dos mútuos, bem como da impossibilidade dos mesmos de quitarem integralmente os valores devidos a Companhia com utilização de seus patrimônio pessoal. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha. c) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial:

	2023		2022	
Valor	Fluxo de caixa	Vencimentos		
Contábil	Contratual	2024	2025	2026 a 2033
Fornecedores	168.151	176.958	176.958	- - -
Fornecedores risco sacado	77.726	81.150	81.150	- - -
Empréstimos e financiamentos	494.136	635.049	190.183	237.266 146.223 64.977
Arrendamento mercantil	33.715	33.715	20.908	5.095 5.095 2.617
	773.728	926.872	469.199	242.361 147.718 67.594

	2023		2022	
Valor	Fluxo de caixa	Vencimentos		
Contábil	Contratual	2024	2025	2026 a 2033
Fornecedores	176.445	186.957	186.957	- - -
Fornecedores risco sacado	106.378	111.029	111.029	- - -
Empréstimos e financiamentos	518.471	664.374	201.112	248.962 149.323 64.977
Arrendamento mercantil	48.763	48.763	32.659	6.743 6.744 2.617
	850.057	1.011.123	531.757	255.705 156.067 67.594

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, aver a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novos ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2023	2022
Total dos empréstimos (Nota 17)	518.471	450.411
Arrendamentos	48.763	48.234
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(279.198)	(280.014)
Dívida líquida	288.036	218.631
Total do patrimônio líquido	115.996	119.483
Total do capital	404.062	338.174
Índice de alavancagem financeira - %	40	55

4.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores assim como os saldos de empréstimos e financiamentos pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. • Preços cotados (ou não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); • Informações para os ativos ou passivos que

não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3). Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não tinha valores mensurados ao valor justo.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegotiado no último exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Partes relacionadas				
Grupo 1 - a vencer	155.549	158.509	155.549	158.509
Contas a receber de clientes				
No geral	106.697	109.387	117.446	121.833
Grupo 2 - a vencer	3.058	10.791	3.382	12.249
Grupo 3 - vencidas até 180 dias	265.304	278.687	276.377	292.591

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegotiado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	72	36	72	36
Depósitos bancários	38.195	21.971	38.482	23.486
Aplicações de liquidez imediata	197.189	205.054	240.634	256.492
	235.456	227.061	279.188	280.014

As aplicações financeiras são CDBs remunerados com base na variação do CDI (entre 70% a 100%) e prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
No país	101.513	119.151	113.439	131.406
No exterior	23.302	18.483	23.321	18.547
Cheques em cobrança	125	125	125	125
	124.940	137.759	136.885	150.078
(-) Ajuste a valor presente	(3.019)	(2.931)	(3.522)	(3.590)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.693)	(7.997)	(10.034)	(9.087)
(-) Provisão descontos incondicionais	(1.960)	(2.293)	(2.502)	(3.319)
	111.268	124.538	120.827	134.082

O saldo de contas a receber no país contempla o contas a receber de partes relacionadas divulgados na nota 12. O prazo médio de recebimento praticado pela Companhia é de 45 dias.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	118.719	123.681	129.843	134.045
Vencidas até 180 dias	3.058	10.791	3.382	12.249
Vencidas acima de 180 dias	3.163	3.287	3.660	3.784
	124.940	137.759	136.885	150.078

As perdas de créditos esperadas são constituídas conforme IFRS 9/CPC 48, adicionalmente a administração analisa valores relevantes em atraso e constitui uma perda adicional caso necessário. As perdas apresentam a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Início do exercício social	(7.997)	(5.479)	(9.087)	(7.370)
Acevo de incorporada	-	(1.387)	-	(167)
Reversão (provisão) para devedores duvidosos	6	32	6	32
Provisão para devedores duvidosos - CPC 48/IFRS 9	(820)	(1.163)	(1.071)	(1.582)
Baixas de incobráveis no exercício	(118)	-	(118)	-

11. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Precatórios	2.997	2.997	2.997	2.997
Despesas antecipadas	5.784	2.054	5.863	2.180
Encargos de previdência privada (i)	1.000	3.235	1.000	3.235
Outras contas a receber	3.745	2.618	4.098	3.089
	13.526	10.904	13.958	11.501
Circulante	10.750	7.802	11.081	7.972
Não circulante	2.776	3.102	2.877	3.529

(i) Cessão de direitos refere-se a títulos de previdência contratados junto a algumas instituições financeiras parceiras, com o objetivo de reciprocidade. Haja visto a necessidade de que o favorecido seja uma pessoa física, os mesmos foram contratados em favor dos acionistas, os quais, de imediato, cederam os direitos para a Companhia, conforme acordos formalizados entre os acionistas. A previsão do retorno de caixa para a Companhia ocorre a medida que essas operações ficam disponíveis para resgate em um horizonte de 12 meses.(ii)

12. Transações com partes relacionadas: a) Saldos e transações - controladora

	Contas a receber de clientes		Mútuo ativo não circulante a pagar		Contas passivo não circulante		Mútuo Dividendos		Receita de vendas		Custo das compras		Resultado financeiro líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Copobras da Amazônia Indl. de Embalagens Ltda.	372	-	14.081	-	-	-	-	-	17	47.099	-	-	(111)	-
Copobras Ind. e Com. de Embalagens Ltda	1.141	-	10.831	-	-	-	-	-	4.698	23.712	-	-	-	-
Copobras Participações S/A	-	-	1.319	-	-	-	16.085	-	-	-	-	-	-	-
	1.513	155.549	26.231	-	-	-	16.085	-	4.715	70.811	-	-	34.459	-
Acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Copobras da Amazônia Indl. de Embalagens Ltda.	2.055	-	31.136	-	-	-	-	-	2	39.921	-	-	-	-
Copobras Ind. e Com. de Embalagens Ltda	1.533	-	20.707	-	-	-	-	-	3	48.554	-	-	-	-
Copobras Participações S/A	-	-	1.240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.588	158.509	53.083	-	-	-	-	-	5	88.475	-	-	31.898	-

a.1) Contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de produtos, cujo prazo médio de recebimento é de 45 dias. O saldo de fornecedores refere-se a valores resultantes de compras de materiais entre as partes relacionadas com prazo médio de recebimento de 120 dias. As transações de compra e venda de produtos e materiais entre as partes são realizadas em condições acordadas entre as partes. a.2) O mútuo passivo refere-se a valores resultantes de transações financeiras entre as partes relacionadas com prazos definidos em contratos. O saldo de mútuo ativo refere-se a valores a receber dos acionistas (pessoas físicas), comentado abaixo. a.3) Mútuo ativo não circulante: A partir de janeiro de 2023 a Companhia passou a utilizar a taxa média de juros de 1,37% a.a. (1,89% a.m. em 2022) na atualização dos contratos de mútuo, conforme novo critério de apropriação de juros autorizado em Ata de reunião extraordinária de Diretoria, datada de 1º de abril de 2020 com efeito retroativo. A administração da Companhia considera que os mútuos sejam pagos principalmente através de retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, ou alternativamente através da venda das ações da Companhia detida pelos acionistas a terceiros, com os recursos sendo utilizados preferencialmente na quitação do recebível. Caso os pagamentos de mínimos não sejam realizados nas datas previstas, a diferença paga a menor será acumulada para a quitação preferencial com dividendos disponibilizados subsequentemente. Adicionalmente, os acionistas possuem patrimônio pessoal que poderá, eventualmente, dar cobertura parcial à quitação dos mútuos, na medida em que essa fonte adicional de recursos seja necessária. A abertura do saldo de mútuos em 31 de dezembro de 2023 está apresentada conforme abaixo:

	Principal		Juros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Mário Schlickmann	25.785	26.474	52.259	-	78.044	26.474
Milton Schlickmann	24.772	24.703	49.475	-	74.175	24.703
Marcelo Schlickmann	22.200	22.854	45.054	-	68.054	22.854
Janio Dinarte Koch	4.366	4.395	8.761	-	13.121	4.395
	77.123	78.426	155.549	-	233.999	78.426

Movimentação do saldo de mútuos

	Saldo Inicial		Juros		Pagamento		Saldo Final	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Mário Schlickmann	52.990	11.556	(12.289)	-	52.257	-	40.701	11.556
Milton Schlickmann	50.704	11.060	(12.289)	-	49.475	-	38.485	11.060
Marcelo Schlickmann	45.789	9.986	(10.721)	-	45.054	-	35.334	9.986
Janio Dinarte Koch	9.026	1.968	(2.231)	-	8.763	-	6.555	1.968
	158.509	34.570	(37.530)	-	155.459	-	121.115	34.570

As receitas financeiras decorrentes dos contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$34.570 (R\$31.898 em 31 de dezembro de 2022), e estão reconhecidas na rubrica "Variações monetárias". a.4) *Projeção de resultados*: Em função dos compromissos mencionados nos itens supracitados, a Companhia preparou uma projeção de resultados visando demonstrar: (i) a capacidade de geração de lucros suficientes a distribuição de dividendos e, por consequência, viabilizando a quitação dos mútuos pelos acionistas; e (ii) a geração de fluxos de caixa suficientes para a quitação de mútuos avaliados pela Companhia em nome dos acionistas. A Companhia em suas projeções de resultado, estima a geração de dividendos suficientes para o pagamento dos mútuos e avais, e seus devidos juros e correções, até o exercício 2027. a.5) *Demais informações sobre as transações com partes relacionadas*: Não houve perdas reconhecidas no exercício de 2023 relacionadas a dívidas incorridas com partes relacionadas e também não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas no ativo em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual a Administração não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses valores. O pessoal-chave da administração corresponde aos acionistas e diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Salários e outros benefícios de curto prazo	
	2023	2022
	154	156

13. Investimento em controladas

a) Informações sobre investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e suas controladas Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. consolidado e Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda. A controlada Incoplast Embalagens do Nordeste foi incorporada pela controladora em 15 de agosto de 2022 conforme apresentado a seguir:

	Copobras da Amazônia (Consolidado)		Total	
	2023	2022	2023	2022
Patrimônio líquido	37.399	-	37.399	-
Resultado do exercício	7.319	-	7.319	-
% de participação no capital	100%	-	100%	-
Movimentação do investimento	-	-	-	-
Saldo no início do exercício	16.630	16.630	-	-
Aumento de capital em controladas	13.450	13.450	-	-
Equivalência patrimonial	7.319	7.319	-	-
Saldo no final do exercício	37.399	37.399	-	-

(*) Composição do patrimônio líquido consolidado da Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda., contemplando a movimentação de aquisição da Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.:

	Copobras da Amazônia (Consolidado)		Incoplast do Nordeste		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Patrimônio líquido	16.630	-	16.630	-	16.630	-
Resultado do exercício	5.573	-	5.573	-	5.573	-
% de participação no capital	100%	-	100%	-	100%	-
Movimentação do investimento	-	-	-	-	-	-
Saldo no início do exercício	10.122	58.645	68.767	-	-	-
Destinação de dividendos	-	-	-	-	-	-
Baixa investimento	(1.268)	253	(1.015)	-	-	-
Aumento de capital em controladas	2.203	1.162	3.365	-	-	-
Equivalência patrimonial	5.573	(8.403)	(2.830)	-	-	-
Baixa investimento por incorporação	-	(51.657)	(51.657)	-	-	-
Saldo no final do exercício	16.630	-	16.630	-	16.630	-

(i) Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de embalagens plásticas flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, bandejas expandidas e recuperação de materiais plásticos em geral, situada na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba. Em 31 de março de 2022 conforme a 13ª alteração contratual a Companhia passou a ter 100% do capital de sua controlada. Em 15 de agosto de 2022 a controlada foi incorporada pela Companhia, com objetivo de otimizar as estruturas societárias e negócios da incorporadora. (ii) A Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, de uso doméstico ou industrial, laminados plásticos ou outros polímeros, situada na cidade de Manaus no estado de Amazonas. Em 22 de novembro de 2021 a Companhia efetuou um novo adiantamento para futuro aumento de capital que foi integralizado em 20 de abril de 2022 no montante de R\$11.000. Em 27 de janeiro de 2022 conforme 25ª alteração contratual a Companhia passou a ter 100% do capital social de sua controlada. Em abril de 2023 a Companhia efetuou um novo adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$13.450, que foi integralizado em 23 de junho de 2023. Apresentamos abaixo a nova composição do capital:

	Quantidade de ações	% Capital
Copobras S/A Indústria e Comércio de Embalagens	39.510.000	100
	39.510.000	100

b) **Resumo das informações financeiras**: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas. A controlada Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda. foi incorporada pela Companhia em 15 de agosto de 2022. i) *Balanco patrimonial sintético*

	Controlada Copobras da Amazônia Consolidado	
	2023	2022
Ativo		
Circulante	82.780	92.113
Não circulante	44.802	52.418
Total do ativo	127.582	144.531
Passivo		
Circulante	69.055	108.155
Não circulante	21.128	19.746
Total do passivo	90.183	127.901
Patrimônio líquido	37.399	16.630
Total passivo	127.582	144.531

ii) *Demonstração do resultado sintético*

	Controladas Copobras da Amazônia consolidado	
	2023	2022
Receitas	172.057	181.578
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.078	5.422
Lucro líquido	7.319	5.573

14. **Intangível:** a) Controladora

	Ágio	Software	Marcas e patentes	Direito de uso pré-dios	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	28.250	3.344	760	25.348	57.702
Acervo de incorporada	-	6	-	-	-
Adições	-	1.562	10	5.024	6.596
Amortização	-	(598)	(163)	(2.626)	(3.387)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	28.250	4.314	607	27.746	60.917
Adições e renovações	-	2.418	8	2.867	5.293
Amortização	-	(780)	(150)	(2.896)	(3.826)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	28.250	5.952	465	27.717	62.384

Em 31 de dezembro de 2023
Custo **28.250** **10.420** **2.342** **39.820** **80.832**
Amortização acumulada **-** **(4.468)** **(1.877)** **(12.103)** **(18.448)**
Saldo contábil líquido **28.250** **5.952** **465** **27.717** **62.384**
b) **Consolidado**

	Ágio	Software	Marcas e patentes	Direito de uso pré-dios	Carteira de clientes	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	28.250	3.351	760	39.975	2.937	75.273
Adições	-	1.562	10	7.032	-	8.604
Amortização	-	(600)	(163)	(5.093)	(1.468)	(7.324)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	28.250	4.313	607	41.914	1.469	76.553
Adições	-	2.420	8	4.446	-	6.874
Amortização	-	(780)	(150)	(5.527)	(1.469)	(7.926)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	28.250	5.953	465	40.833	-	75.501

Em 31 de dezembro de 2023
Custo **28.250** **10.422** **2.342** **64.391** **7.342** **112.747**
Amortização acumulada **-** **(4.469)** **(1.877)** **(23.556)** **(7.342)** **(37.246)**
Saldo contábil líquido **28.250** **5.953** **465** **40.833** **-** **75.501**
Ágio: O ágio gerado na aquisição da Braspack S/A está reconhecido pelo valor de R\$28.250 e é atribuível à expectativa de rentabilidade futura. Teste do intangível para verificação de *impairment*: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Não ocorreu nenhum fato durante o ano que leve a suscitar dúvidas quanto a realização. O valor recuperável do fluxo de caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas. Em 31 de dezembro de 2023, o valor recuperável do fluxo de caixa para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período. As premissas-chave utilizadas no teste de *impairment* são as que seguem:

	2023	2022
Taxa de crescimento estimada anual %	5,5%	5,5%
Taxa de desconto anual %	13,8%	18,5%
Período em anos	10,5	10,5
Dispêndio anual em imobilizado - R\$	500	500
Valor recuperável suplementar- R\$	27.629	19.077
Fluxo de caixa projetado - R\$	55.879	47.327

Tanto o volume de vendas como os custos e despesas operacionais foram projetados levando em consideração a taxa de crescimento estimada anual alocada a uma projeção prevista de dez anos. Esta taxa se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado. A taxa de desconto anual leva em conta a média do custo de captação que a Companhia vem praticando em suas captações de recursos no mercado financeiro. O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento para reforma/manutenção das máquinas. Ele se baseia na experiência histórica da administração e no dispêndio planejado para a reforma/manutenção pós-aquisição do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio. *Carteira de clientes*: A Companhia reconheceu em seu intangível, o valor de R\$7.343 referente a carteira de clientes na aquisição da empresa Sealed Air Embalagens Ltda., atualmente denominada Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., controlada pela Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. As carteiras de clientes são reconhecidas conforme o Método de Ganhos Excedentes em Múltiplos Períodos, pois é possível calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam gerados pela carteira de clientes isoladamente. A vida útil estimada da carteira de clientes é de 5 anos, tendo seus saldos amortizados em 2023. *Direito de uso imóvel*: A Companhia reconheceu em seu intangível direito de uso de imóvel em atendimento ao CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, que é equivalente à norma internacional IFRS - Leases. O CPC 06 (R2) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. Os efeitos desta adoção estão apresentados na nota 25.

15. **Imobilizado:** a) Controladora

	Terrenos	Edifícios e caçoões	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados		Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
						ativos fixos	em andamento			
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	34.495	64.625	97.394	616	6.377	1.614	177,019	239.881	-	-
Acervo de incorporada	-	-	10.155	23	-	20	157	-	-	10.355
Adições	61	1.752	8.478	249	-	577	774	3.670	15.561	22.887
Baixas	-	-	(1.906)	-	(5.744)	-	(25)	(439)	-	(8.114)
Transferências	-	7.030	12.856	29	-	236	956	(21.107)	-	12.994
Depreciação	-	(1.674)	(12.526)	(99)	(241)	(463)	(519)	-	-	(15.522)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	35.556	72.357	117.629	1.181	317	3.095	7.885			

	Controladora					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Tributários	5.955	5.955	-	-	5.955	5.955
Trabalhistas	4.907	4.262	(477)	(818)	4.429	3.444
Cíveis	3.017	3.513	(2.364)	(2.355)	654	1.158
Total	13.879	13.730	(2.841)	(3.173)	11.038	10.557

	Consolidado					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Tributários	5.955	5.955	-	-	5.955	5.955
Trabalhistas	6.432	5.756	(741)	(1.111)	5.691	4.645
Cíveis	3.017	3.513	(2.364)	(2.355)	653	1.158
Total	15.404	15.224	(3.105)	(3.466)	12.299	11.758

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.955	4.262	3.513	-	818	2.355
Adições	-	1.976	-	-	235	9
Baixas	-	(1.331)	(496)	-	(576)	(1.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.955	4.907	3.017	-	477	2.364

20. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas – Continuação

a) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas prováveis – Continuação

	Consolidado					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.955	5.756	3.513	-	1.111	2.355
Adições	-	2.125	-	-	266	9
Baixas	-	(1.449)	(496)	-	(636)	(1.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.955	6.432	3.017	-	741	2.364

Tributárias: O montante de R\$5.955 (Consolidado) refere-se a valores provisionados para cobertura de processos administrativos e judiciais da Companhia. **Trabalhistas:** Provisão para riscos trabalhistas referem-se a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principalmente relacionados a pedido de verbas trabalhistas habituais, em especial: insalubridade pelo calor, horas "it inere", horas extras e equiparação salarial. **Cíveis:** Contingências cíveis referem-se principalmente a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principalmente relacionados a danos morais e materiais. b) **Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas possíveis:** A Companhia possui processos de natureza tributária e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía o montante de R\$29.403 referente a processos judiciais com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, sendo R\$25.648 de natureza tributária, e R\$3.755 de natureza cível. Em 31 de dezembro de 2022 estes montantes eram R\$11.830 de natureza tributária, e R\$3.856 de natureza cível.

21. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 22 de junho de 2022 a controladora Copobras S/A Indústria e Comércio de Embalagens realizou aumento de capital no montante de R\$3.365 referente a aquisição de participações em controladas. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é de R\$ 43.365 (31 de dezembro de 2022 R\$43.365) totalmente subscrito e integralizado, representado por 18.867.392 ações, e sua composição é como segue:

Acionistas	Quantidade de ações	% Capital
Copobras Participações S/A	18.867.392	100,0000
	18.867.392	100,0000

Conforme o Estatuto Social, a Companhia não possui capital social autorizado. b) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se a adoção em 1º de janeiro de 2009 do CPC 27 - Ativo Imobilizado. A Companhia optou por adotar o custo atribuído, assumindo ainda a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado por esta adoção. c) **Incentivos fiscais:** A Companhia é detentora de regime especial para recolhimento de ICMS celebrado com a Secretaria de Estado da Receita do estado da Paraíba, nos termos do Decreto nº 23.211 de 29.07.2002, vigente até 31 de dezembro de 2025. d) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. e) **Reserva de lucros a disposição da assembleia:** Formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações. De acordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007), o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos. f) **Distribuição de lucros**

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	44.853	27.382
Realização de reservas (custo atribuído)	673	672
Constituição de reserva de incentivos fiscais	2.814	(672)
Aquisição controladas e outros investimentos	-	(1.383)
Constituição de reserva de incentivos fiscais por incorporação	-	(2.986)
Base de cálculo dos dividendos	48.340	23.013
Dividendos a distribuir	12.340	4.246
Dividendos compensados	36.000	18.767
Total de dividendos	48.340	23.013
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	100%	100%

A Companhia destinou dividendos aos acionistas em 2023 no montante de R\$48.340 (R\$23.013 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$12.340 foram destinados para serem pagos em 2024, e R\$36.000 foram compensados com saldo de mútuos, conforme aprovação antecipada deliberada em AGO realizada no dia 28 de abril de 2017.

22. Receita operacional líquida: Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Receita bruta	1.434.244	1.482.418	1.596.010
Ajuste a valor presente	(39.091)	(39.003)	(53.464)	(61.756)
Impostos sobre vendas	(300.304)	(312.958)	(347.386)	(386.025)
Devoluções	(17.119)	(13.786)	(18.106)	(16.782)
Provisão devedores duvidosos	(620)	(1.163)	(1.071)	(1.749)
Descostos incondicionais	(8.653)	(11.536)	(11.195)	(18.192)
Receita líquida	1.068.257	1.103.972	1.164.788	1.236.404

23. Custos e despesas por natureza e função: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Despesas com pessoal	(199.388)	(183.714)	(222.921)
Provisão para bônus a empregados	(2.500)	-	(2.500)	-
Depreciação e amortização	(21.405)	(18.909)	(26.949)	(25.230)
Energia elétrica	(35.178)	(34.462)	(41.119)	(42.681)
Materiais consumidos	(587.461)	(685.777)	(597.211)	(739.456)
Fretes	(42.629)	(43.039)	(49.721)	(50.928)
Comissões	(29.175)	(31.471)	(31.861)	(35.190)
Gastos com manutenção	(31.136)	(25.658)	(34.118)	(29.135)
Gastos com viagens	(3.554)	(2.801)	(3.650)	(3.048)
Serviços de terceiros	(13.446)	(8.613)	(14.996)	(10.045)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.953)	1.453	(2.102)	5.510
Aluguéis	(3.131)	(2.659)	(3.817)	(3.447)
Despesas não recorrentes (autos de infração)	(2.053)	(993)	(2.320)	(1.082)
Ganho (perda) de capital	(1.042)	2.619	(1.019)	2.453
Outros	(6.234)	(10.654)	(31.939)	(30.900)
Total dos custos e despesas	(980.285)	(1.044.678)	(1.065.943)	(1.175.121)

	Consolidado			
	2023		2022	
	(799.804)	(884.724)	(858.124)	(988.499)
(116.450)	(115.672)	(132.094)	(134.464)	
(58.474)	(48.115)	(69.676)	(60.297)	
(5.557)	3.833	(6.049)	8.139	
(980.285)	(1.044.678)	(1.065.943)	(1.175.121)	

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras	(75.045)	(71.531)	(78.044)	(74.189)
Juros apropriados partes relacionadas	(111)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(47.788)	(54.076)	(59.110)	(74.980)
Juros apropriados e juros pagos outros	(12.454)	(16.404)	(18.821)	(27.317)
Despesas bancárias	(3.959)	(3.538)	(4.408)	(3.863)
Juros apropriados leasing	(4.031)	(3.701)	(5.627)	(5.377)
Outros	(4.921)	(1.453)	(5.232)	(319)
	(148.309)	(150.703)	(171.242)	(186.045)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras	13.350	11.160	16.662	14.926
Aplicações financeiras	708	908	799	1.018
Juros recebidos	-	18	-	-
Juros apropriados partes relacionadas	38.762	39.654	53.292	62.264
Ajuste a valor presente	5.955	6.497	6.478	9.141
Atualização créditos PER/DCOMP	1.550	4.548	3.229	8.239
Outras	60.325	62.785	80.460	95.588

	Variações monetárias e cambiais líquidas			
	2023	2022	2023	2022
Operações de swap	(813)	8.146	(813)	8.146
Variações cambiais	876	2.170	877	2.173
Variações monetárias	5	2	7	6
Variações monetárias - contratos mútuos	34.570	31.898	34.570	31.898
	34.638	42.216	34.641	42.223
	(53.346)	(45.702)	(56.141)	(48.234)

25. Compromissos com arrendamento operacional: A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) Possua um valor material ou tenha como base valores variáveis. Durante o exercício de 2018, a Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2)/ IFRS 16. Na adoção inicial foram identificados três contratos de aluguel os quais se enquadravam na norma. No período encerrado em 31 de dezembro de 2023 não foram adicionados novos contratos e os três contratos identificados em 2018 foram remensurados. A seguir demonstramos as variações no ativo, passivo e resultado: a) **Direito de uso:** Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 estão classificados na rubrica contábil de intangível e são representados por contratos de locação e demonstraram a seguinte movimentação:

Controladora	Consolidado
27.746	41.914
2.867	4.446
(2.896)	(5.527)
27.717	40.833

b) **Arrendamentos a pagar:** Os saldos de arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2023 estão representados por aluguéis e demonstrados da seguinte forma:

Controladora	Consolidado
32.284	48.294
2.867	4.446
(5.467)	(9.604)
4.031	5.627
33.715	48.763
20.908	32.659
12.807	16.104

Os saldos têm vencimento conforme segue (saldo não circulante):

Controladora	Consolidado
2025	5.095
2026	5.095
2027 a 2033	2.617
	12.807

Os contratos de aluguel possuem prazos de 5 a 15 anos de duração, podendo ou não serem renovados mediante comunicação prévia de 9 meses pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas no contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. c) **Efeito resultado:** De acordo com a norma CPC 06 (R2)/ IFRS16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, com uma redução de R\$1.549 no consolidado em 2023, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. **26. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	44.853	27.382
Lucro total	44.853	27.382
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	18.867	18.867
Lucro básico e diluído por ação - R\$	2,38	1,45

27. Coberturas de seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros era composta por R\$1.052.150 para danos materiais e R\$479.685 para lucros cessantes.

28. Outras despesas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Gastos com riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.953)	1.282	(2.102)	5.390
Programa empresa cidadã	(312)	(310)	(335)	(326)
Multas e moras fiscais	(34)	(32)	(45)	(36)
Ganhos de capital	(1.042)	2.619	(1.020)	2.453
Gastos gerais	(1.707)	(657)	(1.947)	(835)
Venda de aparas	(850)	1.885	(1.014)	2.442
Recuperação de perdas com incobráveis	6	(1.048)	6	(1.048)
Outras rendas/despesas	335	94	408	99
	(5.557)	3.833	(6.049)	8.139

29. Subvenções governamentais: A Companhia possui subvenções governamentais que visam compensar despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. **29.1. Subvenções governamentais de custeio:** Subvenção para custeio ou operacional é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com finalidade de auxiliá-la a fazer face ao seu conjunto de despesas e a realizar suas operações, ou seja, na consecução de seus objetivos sociais. A Companhia possui subvenções de custeio sobre circulação de mercadorias e serviços concedidos pelos governos estaduais, principalmente dos estados do Amazonas e Paraíba. Para usufruir da subvenção com o estado do Amazonas a Companhia possui dois benefícios fiscais: um vinculado à produção de bem final (prato, copo e pote), que consiste na redução de 55% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente, e outro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e acionistas da **Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens** - São Ludgero - SC **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de vendas:** Conforme descrito na Nota 22, a Companhia reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, receita operacional líquida consolidada no montante de R\$1.164.788 mil, o processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecidas quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle dos bens foram transferidos para o comprador. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgadas na nota explicativa 2.17. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos da Companhia; (ii) testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de re-

ceita, como por exemplo procedimentos para corroborar o lançamento do reconhecimento de receita, (iii) testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão